

https://doi.org/10.20873/out2023_1



MANIFESTO DE LANÇAMENTO DO AMAZONICIDADES

Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos

Ana Claudia Duarte Cardoso¹

José Carlos Matos Pereira²

REFLEXÕES ACERCA DA URBANODIVERSIDADE DAS CIDADES AMAZÔNICAS³

O processo histórico de ocupação da Amazônia requer que a urbanização da região seja entendida em sua urbanodiversidade. As cidades seculares da região foram fundadas sobre sítios indígenas, nas margens dos grandes rios, e se constituíram em palimpsestos de conteúdos plurais, por ação das colonizações portuguesa e brasileira. Se a colonização portuguesa recuou e criou mediações e híbridos (cidades sobre aldeias, famílias de ribeirinhos miscigenadas, adoção da coleta de drogas do sertão como alternativa ao *plantation*), o processo de integração espacial e econômica da região ao centro sul (a colonização brasileira) foi alavancado por políticas excludentes e autoritárias, que partiam da abstração das regiões programa.

A incompreensão das formas de viver e produzir da região, que integravam cidades, vilas, rios e florestas levou à intervenção pensada a partir de dicotomias (urbano-rural, campo- cidade, cidade-natureza), seguindo formulações oriundas em outros contextos, que não consideraram as especificidades regionais, tampouco dialogaram com as aspirações e anseios de sua gente. No decorrer de décadas, essa

¹ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFGA), <https://orcid.org/0000-0002-1866-453X>, aclaudiacardoso@gmail.com

² Programa de Memória dos Movimentos Sociais (MEMOV/UFRJ), <https://orcid.org/0000-0001-9009-268X>, jcpmatos@gmail.com

³ Este texto toma por base o relatório do debate virtual da mesa 2: **Viver urbano na Amazônia** realizada no dia 03/12/2021, que contou com 80 participantes no zoom, representando os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão, Amapá, Amazonas e Acre, realizado pela Fundação Perseu Abramo. Assim retomamos a contribuição dos/as debatedores/as integrantes da mesa como subsídio dessa formulação (Luiz Henrique (Moderador) – Maranhão; José Carlos Matos Pereira (Relator) – Rio de Janeiro; e como debatedores/as: Ana Claudia Cardoso (Pará), Neila Gomes (Amazonas), Altir Peruzzo (Mato Grosso), Josélia Alves (Acre) e Fernanda Kopanakis (Rondônia). Acrescida de outras formulações advindas dos organizadores deste trabalho para complementar aquela discussão e posicionar alguns aspectos importantes não abordados naquele momento.

https://doi.org/10.20873/out2023_1



desarticulação vem sendo mantida, e apesar da expansão das instituições de pesquisa baseadas na região e de inúmeras recomendações nesta direção, ainda não houve uma integração entre os conhecimentos científico, tecnológico, político e os saberes tradicionais desenvolvidos nesta região.

No processo de formação desencadeado desde a integração, diversas Amazônias se constituíram, contidas nesse espaço subnacional, que ocupa aproximadamente 60% do território brasileiro. As ações estruturantes, ligadas à provisão de infraestrutura logística em apoio às exportações de *commodities*, desarranjam os modos de vida dos lugares e causam fortes conflitos socioambientais onde se estabelecem, em nome do desenvolvimento nacional.

Destaque-se os grandes projetos - construção de estradas, hidrelétricas e sítios de mineração - e o agronegócio, que transformaram a floresta tropical em terra a ser ocupada e a recursos naturais. Estes se sobrepõem a territórios onde vivem e produzem povos indígenas e comunidades tradicionais, que quando são desterritorializados ou expulsos pela violência, contaminação ou degradação de rios e solos, passam a engrossar a legião de habitantes pobres que vivem de forma precária nas cidades – em periferias e alagados. Governos municipais, estaduais e federal não têm sido capazes de dar respostas adequadas às graves situações de precariedade dos novos espaços periféricos que se constituem dentro e fora das cidades. As periferias são formadas rapidamente, mas a disponibilidade de uma casa não garante acesso à vida urbana ou à capacidade de geração de renda.

Perder o direito à terra, é perder o direito à produção do espaço e ao modo de vida baseado no relacionamento com a Mãe-Terra. É também perder o direito à abundância dos rios, florestas e biodiversidade, que não foram mantidos nem dentro nem fora das cidades. Na nova condição de periféricos, os povos da floresta carecem de saneamento básico e moradia, vivem em ocupações sujeitas ao risco de inundações, despejos, violência, desemprego, miséria e da insuficiência dos serviços de saúde, educação e transporte público. Não é raro que as cidades da região, sirvam como ponto de apoio para que os empreendimentos situados fora delas acessem mão de obra barata e temporária, oriunda de fluxos migratórios provenientes de várias

https://doi.org/10.20873/out2023_1



regiões do país, em busca de oportunidades em projetos públicos e privados e, direta ou indiretamente, pelos serviços auxiliares ligados ao processo de acumulação do capital.

Os conflitos socioambientais decorrentes desse quadro são diversos: a) desde a contaminação da terra, de águas superficiais e do lençol freático, seja por produtos químicos para a produção de *comodities* ou por dejetos ligados às aglomerações, que causam graves danos à saúde humana; b) o desmatamento e extração ilegal de madeira e c) a grilagem de terras, diretamente associadas à perseguição, prisão e assassinato de lideranças e à criminalização dos movimentos sociais, que se opõem ou resistem a esses empreendimentos.

Esse modelo de desenvolvimento tornou-se possível com o aporte de recursos públicos e apoio estatal, inclusive dos governos sob o comando do campo democrático-popular. Inicialmente estatais eram braços operacionais de atividades econômicas geradoras de grandes impactos negativos, em nome da construção de uma soberania nacional; após as privatizações e o desmonte dos órgãos de planejamento, fiscalização e controle e dos aparatos formais trabalhistas, ambientais e previdenciários, as garantias básicas de direitos e proteção tornaram-se cada vez mais ameaçadas.

Este quadro foi agravado pela pandemia de Covid e pela conduta negacionista-autoritária da última gestão federal, que ceifou a vida de milhares de brasileiros que foram expostos à contaminação, mas não tiveram acesso às condições de higiene básicas ou ao tratamento de saúde capaz de garantir a sua sobrevivência, e agravado também pelos retrocessos decorrentes do sucateamento das universidades, dos institutos de pesquisa e do SUS, e das recorrentes tentativas de privatização dos serviços públicos nas cidades.

Estes problemas se combinam às dificuldades históricas e afetam de modo diferenciado os estratos da população. Nos municípios de pequeno porte a deficiência da infraestrutura e a existência de lixões a céu aberto, expressam a falta de uma política de saneamento; a contaminação de rios, desmatamento de áreas periurbanas; a incapacidade de gerir a transição ambiental dentro e fora das cidades não foi

https://doi.org/10.20873/out2023_1



acompanhada pela oferta de espaços de lazer, esporte e entretenimento, que quando existem estão concentrados em cidades maiores, a um custo inacessível para a maioria da população. A destruição das alternativas de lazer ligadas à natureza não é sequer percebida como um problema socioambiental.

A mobilidade reduzida pela carência de infraestrutura para o transporte fluvial, pela precariedade das estradas e pelas longas distâncias, restringe as oportunidades de acesso a serviços básicos ou mais especializados de saúde e educação, que quanto mais distantes mais orientados estão pela racionalidade metropolitana, e maior alienação promovem quanto aos modos de vida associados à manutenção da floresta viva. A produção ligada ao território, que prioriza a alimentação e destina apenas pequeno excedente para a exportação, tem como desdobramento a pouca disponibilidade de recursos financeiros nos pequenos municípios e a fragilidade das interlocuções e ações executadas por diferentes instâncias governamentais. Isto leva à associação da vida na floresta com pobreza, sem contabilizar o valor dos serviços ecossistêmicos prestados pela floresta e sua gente ao continente sul-americano.

A baixa monetização da vida, requer maior atuação do estado, e não condiz com abordagens neoliberais. Em muitas cidades só se chega pelo rio, e o transporte fluvial deve ser combinado com outros modais para o enfrentamento das demandas de deslocamento cotidianas. Com o agravamento das secas esse contexto experimenta uma nova situação de isolamento. As mudanças no repertório tecnológico e nos sistemas construtivos, estão diretamente ligadas ao desmatamento e à perda do conhecimento tradicional sobre o uso de materiais da floresta e indicam o quanto a ação intersetorial é necessária.

Por outro lado, as experiências dos governos populares trouxeram avanços importantes na inversão de prioridades para atender os mais pobres, voltados à educação, distribuição de renda, regularização da posse da terra e oferta de habitação popular, especialmente aquelas situadas em áreas públicas e criaram mecanismos de participação popular na discussão das políticas de governo.

Com as “Mudanças Climáticas” e os decorrentes eventos extremos de longa duração, demonstram que o risco tem sido socialmente construído por ações de

https://doi.org/10.20873/out2023_1

degradação: poluição, inundações, deslizamentos de terra, insegurança alimentar, insegurança hídrica, desalojamento. Esses fenômenos são resultado da prática predatória, consumista e mercantilista do projeto civilizatório em curso, que afeta com mais intensidade as populações tornadas miseráveis e destituídas da proteção do Estado.

Enquanto as queimadas se intensificaram os problemas respiratórios se multiplicaram, especialmente nas populações das cidades localizadas nas imediações dos incêndios com volume de partículas no ar em nível até 13 vezes superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (caso de Rio Branco). Nas pequenas cidades há precariedade de infraestrutura, por insuficiência de recursos e também pela expectativa de adoção de soluções tecnológicas caras, desenvolvidas para as metrópoles. Nas grandes cidades, a maior disponibilidade de recursos e infraestrutura, provoca maior concentração demográfica e graves problemas socioambientais, explicitando as desigualdades socioespaciais. Apesar disso, ainda não existem políticas preventivas, de adaptação e mitigação adequadas e compatíveis com a necessidade. Repetem-se as velhas maneiras de governar, com claro favorecimento de setores empresariais ligados à exploração das soluções, que precisam ser renovadas.

Diante do exposto, pondera-se que a política nacional de desenvolvimento urbano e os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade e no Estatuto das Metrópoles, apesar de importantes, são insuficientes para tratar de problemas relacionados às cidades amazônicas. Ao mesmo tempo, a sobreposição de competências administrativas reduz o poder de resolução da gestão municipal, que por sua vez, é caracterizada por sua fragilidade administrativa, técnica, tecnológica e sua dependência dos repasses federais e estaduais. Os repasses são indutores da assimilação de soluções desenvolvidas para realidades dicotômicas, que não acolhem grupos étnicos, tradicionais como indígenas e quilombolas.

O despreparo e o racismo institucional pressupõem a aglutinação destes grupos étnicos, de suas demandas e pautas identitárias, e resultam na ausência prática de políticas a eles direcionadas. Ao pressupor-se que a cidade seja a manifestação de

https://doi.org/10.20873/out2023_1



urbano elimina-se uma série de outras formações espaciais (vilas e comunidades) que se articulam em redes complexas entre si, e com as metrópoles, as pequenas e médias cidades ou *company towns*. Estes níveis de aglomeração expressam as desigualdades e as contradições do viver urbano amazônico, e não são reveladas pelos dados oficiais ou pela produção acadêmica do Brasil urbano hegemônico, que não dialoga com as especificidades e/ou fragilidades das políticas urbanas e territoriais pensadas para a região. Sequer há reconhecimento de que muitas das formulações já dirigidas à região foram equivocadas.

Assim, a **agenda urbana e territorial** do governo federal para as cidades da Amazônia brasileira deve considerar como ponto de partida algumas orientações apontadas no debate coletivo:

1. Garantir a interiorização de serviços essenciais para assegurar a permanência de moradores nos rios, florestas, vilas e pequenas localidades;
2. Considerar o papel das cidades médias - entendidas como espaço de mediação entre as pequenas cidades, as localidades e as capitais regionais - e dotá-las de bens e serviços capazes de atender às populações que vivem em espaços menores e que carecem de serviços;
3. Revisar as diretrizes, normas e editais governamentais que dificultam a implementação de determinados serviços públicos básicos ou especializados em pequenas cidades e/ou criar a oferta desses serviços em cidades de porte regional (cidades médias) para facilitar o atendimento da população;
4. Reestabelecer o Conselho das Cidades nos três níveis federativos; criar espaços para a mediação de conflitos relacionadas aos despejos e desterritorialização de famílias; garantir o uso coletivo das terras públicas fora das cidades e transformar os imóveis públicos localizados dentro delas, que são mantidos sem uso, em moradia popular; suspender o processo de privatizações do saneamento e reestatizar serviços básicos, de modo à assegurar o atendimento da população mais pobre; desconstruir o processo de criminalização dos movimentos sociais;
5. Realizar a regularização da posse coletiva da terra para moradores e pequenos proprietários e desenvolver uma política habitacional de interesse social no campo e

https://doi.org/10.20873/out2023_1

na cidade, observando as especificidades regionais. Especialmente aquelas sob controle da União;

6. Rever a lógica dos grandes projetos considerando os impactos recentes da pandemia, das mudanças climáticas e da ação voraz do capital sobre territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo a priorizar a vida;

7. Pensar na cadeia de produção para pequenos empreendimentos extrativistas ou ligados aos serviços básicos (como a disposição de resíduos sólidos) considerando a produção, a comercialização e o consumo nas cidades, assegurando preços justos mais acessíveis para a população de baixa renda. Restabelecer a interdependência urbano-rural histórica na região, por meio de iniciativas como os quintais produtivos e a agricultura urbana;

8. Criar espaços públicos de uso comum, como estratégia para facilitar as relações de sociabilidade entre os moradores e combater a intolerância e o racismo; preservar espaços naturais que desempenham este fim (praias, balneários);

9. Retomar os processos de conferências e de outros espaços de debate coletivo para definição de prioridades. Mais que isso, que eles sejam efetivos na definição da aplicação de recursos públicos para os estratos mais pobres da população. Isso, por sua vez, implica em recompor o papel social do Estado e dos órgãos de fiscalização e controle;

10. Propiciar canais de avaliação das políticas implementadas pelo governo federal, de forma a assegurar o controle social no processo de elaboração das propostas, na fiscalização da aplicação dos recursos e na execução de obras coordenadas pelos governos de estados e prefeituras;

11. Considerar as formulações contidas nos planos diretores municipais, nos planos setoriais e nas experiências dos governos populares, que devem orientar as estratégias de ação e preencher as lacunas existentes, bem como contribuir nas medidas de prevenção para o enfrentamento das desigualdades sociais e das mudanças climáticas;

12. Dialogar com as universidades públicas, movimentos sociais e populações para envolvê-los em projetos executados no âmbito local, financiados por recursos federais.

https://doi.org/10.20873/out2023_1



Do mesmo modo, as cidades amazônicas não podem ser pensadas como um fim em si diante da ação de longa duração do Estado e do capital. Esta ação impactou diretamente as dinâmicas de estruturação das cidades, assumindo-as desarticuladas dos seus entornos. Há de se pensá-las como espaço relacional que contém e está contido por múltiplas dimensões, e de renunciar às oposições criadas pelo pensamento abstrato entre cidade/campo, aldeia/cidade, urbano/rural, cidade/rio, cidade/floresta.

Os híbridos socioculturais e sócios-espaciais são estabelecidos depois de tantas transformações. E a diversidade de situações é uma das especificidades das cidades amazônicas, quando comparadas à média da urbanização brasileira. Essas múltiplas dimensões exigem outro olhar e **novas modalidades de políticas públicas**, assentadas na realidade regional e nas experiências acumuladas de suas lutas e de sua gente. Diante disso, deve-se:

1. Considerar a dimensão interseccional das políticas públicas - classe, gênero, raça, etnia, geração e orientação sexual -, de forma a inscrever na política urbana e em seu financiamento as identidades, práticas, autodefinições, pautas coletivas e suas demandas;
2. Observar a presença do rural – a produção de alimento, a criação de animais de pequeno porte, a plantação de ervas medicinais e frutas - e do étnico indígena e quilombola em cidades amazônicas e nas suas adjacências;
3. Valorizar o papel das cidades médias como espaço de mediação entre as pequenas cidades e as capitais regionais para ofertar bens, serviços e postos de trabalhos. Pensá-las também na retenção do fluxo migratório e como nó de ligação capaz de assegurar o deslocamento de pessoas, produtos e mercadorias entre os diferentes estratos de cidades;
4. Considerar a insuficiência dos instrumentos contidos no Estatuto da Cidade e no Estatuto das Metrôpoles para dialogar com as especificidades da região e a necessidade de elaborar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional Urbano para a Amazônia (o Estatuto das Cidades da Amazônia), e nela, inscrever o rural e o étnico nos instrumentos existentes, além das

https://doi.org/10.20873/out2023_1



interseccionalidades necessárias (classe, raça, gênero, etnia, geração, LGBTQIA+);

5. Prever no orçamento federal (PPA, LDO e LOA) a dotação de recursos para as cidades da região.

Assinalamos ainda que as pesquisas realizadas nas últimas três décadas, nas áreas da economia, da geografia, da arquitetura e urbanismo, da história, da agricultura familiar, da saúde, da antropologia, da sociologia, entre outras áreas de conhecimento que contam com programas de pós-graduação na região (que precisam ser valorizados!), indicam que existem dinâmicas socioeconômicas e ambientais sobrepostas: a) uma de base mercantil, onde comunidades isoladas mas interconectadas se relacionam com o mercado, mas não são completamente integradas a ele, e constituem uma hinterlândia que já sustentou muitas cidades com produtos ligados à biodiversidade; b) estratégias de produção que dependem de um tecido urbano extensivo, manifesto pela logística de escoamento de produtos para exportação. Tais dinâmicas resultam em bases espaciais também diversas e híbridas: a) metrópoles que difundem valores oriundos de outras regiões; b) vilas e territórios de povos originários e de comunidades tradicionais que mantêm fluxos de pessoas e mercadorias entre si e com as cidades próximas; c) cidades pequenas que são subitamente impactadas pelas atividades econômicas baseadas nos seus municípios, que por sua vez são controladas por agentes em alguma medida vinculados ao capitalismo financeiro global, e que tornam tais cidades periferias distantes de centros globais onde é decidido o ritmo de exploração da commodity em questão; d) uma miscelânea de vilas ligadas a assentamentos rurais, sedes de fazendas, estruturas produtivas e de alojamentos, inclusive *company towns*, com destaque para Porto Velho, que se tornou uma capital estadual.

Por uma política de financiamento específica para as cidades amazônicas

Estima-se quase 25 milhões de habitantes na Amazônia Legal, residentes nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato-Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, distribuídos por 772 municípios de diferentes estratos

https://doi.org/10.20873/out2023_1



populacionais. Desse total apenas 31 tem população acima de 100 mil habitantes. O restante tem população abaixo desse número, e destes quase 500 tem população de até 20 mil habitantes (IBGE, 2022), com percentual de população rural superior à média brasileira (em 2010, 30% para a Amazônia contra 15% para o Brasil). Grande parte da população regional vive em pequenas cidades e em vilas e comunidades, com crescente concentração nas grandes e médias cidades.

O conjunto complexo de situações apresentadas ao longo do texto, requer a elaboração e execução de novas políticas de financiamento, que poderão se beneficiar do acúmulo de conhecimento gestado nas universidades e institutos de pesquisa federais da região nas últimas duas décadas. A partir das especificidades e as desigualdades inter e intrarregionais, é oportuno reapresentar demandas já colocadas, tais como⁴:

- Investir em pesquisas voltadas ao desenvolvimento de tecnologia apropriada (alternativa) para as áreas de saneamento ambiental, habitação popular, transporte coletivo fluvial, que contribuam para a universalização do acesso da população aos bens e serviços públicos;
- Criar cursos de qualificação profissional na área de engenharia naval em madeira, bem como reconhecer e regulamentar as atividades dessa modalidade de transporte regional;
- Assegurar financiamento público direcionado à construção de embarcações de madeira para as áreas de transporte e as ações de regeneração da floresta para manutenção da madeira como matéria-prima;
- Abertura de linha de crédito para a ampliação ou aquisição de habitação popular em madeira;

⁴ As proposições a seguir foram dialogadas no âmbito dos encontros, colóquios e eventos promovidos pelo Observatório COMOVA (FAE/UFPA/UFRA) durante da execução do Projeto sobre pequenas e médias cidades na Amazônia e que contou com a contribuição de movimentos sociais e das interlocuções destes com o Fóruns da Amazônia Oriental e Ocidental a partir dos anos de 2004. Assim está datada historicamente pelo contexto do período, mas nos fornecem aspectos importantes que precisam ser retomados e valorizados da luta de longa duração desses movimentos e do campo acadêmico.

https://doi.org/10.20873/out2023_1



- Criar Conselhos e Fundos Estaduais de Desenvolvimento Urbano, com participação paritária entre o poder público e a sociedade civil, para financiamento da política de habitação e urbanização de interesse social, com recursos oriundos das multas aplicadas em empresas que provocam danos socioambientais, do FGTS, do FAT e dos orçamentos Estaduais e Federal;
- Efetivar e/ou criar mecanismos públicos de conversação entre governos e sociedade civil para a elaboração, negociação e deliberação sobre o planejamento e o financiamento das políticas públicas, envolvendo a diversidade de sujeitos sociais amazônicos, tais como indígenas, extrativistas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos, populações urbanas e de vilas, entre outros;
- Estabelecer um novo pacto federativo que resulte, entre outras coisas, numa distribuição equitativa dos recursos entre União, Estados e Municípios, criando mecanismos de controle social sobre a gestão desses recursos;
- Definir parâmetros mínimos de equipamentos e serviços públicos que todo município deve disponibilizar para a população local, garantindo o suporte institucional e financeiro necessário ao alcance desse objetivo. Especialmente aqueles com maior dependência dos repasses de recursos federais e estaduais.

Diante do exposto, 80 pesquisadores vinculados às instituições federais, que se organizam em 35 grupos de pesquisas registrados no Diretório de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, vinculados às áreas de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Antropologia, Sociologia, Serviço Social, Direito, Planejamento Urbano, Economia e Engenharia, se reuniram para constituir o Observatório de Cidades, Vilas e Territórios Amazonidades, sob a premissa da solidariedade, cooperação e compartilhamento de conhecimento e aprendizado entre os pares.

Este coletivo visa valorizar a produção acadêmica amazônica e colocá-la a serviço do debate coletivo, para apoiar o diálogo com os poderes legislativo e executivo, e com o campo dos Movimentos sociais e demais organizações sociais, assim como com outras redes e fóruns distintos do nosso, no sentido de contribuir

https://doi.org/10.20873/out2023_1



para a elaboração das Políticas de Desenvolvimento Urbano e Regional e demais políticas correlatas para a Amazônia brasileira. Espera fazer essa interlocução para o combate às desigualdades sociais, à fome e à pobreza, e para uma melhor distribuição da renda nacional entre as regiões do país.

Para finalizar, assinalamos que este texto preliminar, fruto de acúmulos de debates ao longo dos anos, nos serve como ponto de partida diante dos desafios em pensar as cidades amazônicas num contexto de mudanças climáticas, de reconstrução do Estado social e da democracia brasileira e mediante os protocolos dos eventos internacionais do Clima, com destaque para a eleição de Belém do Pará como sede da Cúpula 2023 e da COP 2025. Assim, os integrantes do Observatório Amazonidades abaixo-assinados, que representam Universidades Públicas Federais, Institutos Federais e Universidades Estaduais dos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), unem-se para consolidar conhecimentos especializados sobre as cidades da Amazônia brasileira, e se colocar como interlocutores para os debates público, reafirmando o compromisso com a democracia, o direito à cidade e a justiça social.

Amazônia, 05 de julho de 2023.

AMAZONICIDADES

Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos.

ACRE

- Alexandre Ricardo Hid - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CCET - Universidade Federal do Acre – UFAC;
- Josélia Alves - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CCET - Universidade Federal do Acre – UFAC;
- Maria de Jesus Moraes - Coordenadora do Mestrado em Geografia – UFAC;

https://doi.org/10.20873/out2023_1



- Victor Régio da Silva Bento - professor e pesquisador do curso de mestrado em Geografia, da Universidade Federal do Acre (UFAC).

AMAPÁ

- José Alberto Tostes - Curso de Arquitetura e Urbanismo - Grupo de pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, Mestrado em Desenvolvimento Regional, na área de Planejamento Urbano Regional (UNIFAP);
- Louise Barbalho Pontes - Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Grupo de Pesquisas em Arquitetura Paisagística - Rede Amazônia Luso Brasileira de Pesquisa (PAISA);
- Danielle Costa Guimarães, Grupo de Pesquisa Rede Amazônia (UNIFAP).
- Marcelle Villar da Silva – (UNIFAP).

AMAZONAS

- Estevan Bartoli - Universidade do Estado do Amazonas, Núcleo de Estudos Territoriais do Amazonas (UEA);
- Eubia Andréa Rodrigues - Núcleo de Estudos Geográficos do Médio Solimões, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia - NEPECAB/UFAM;
- Isaque dos Santos Sousa - Universidade do Estado do Amazonas/UEA - Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur-UEA.
- Marcos Castro Lima, Grupo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional (Npur/UFAM);
- Paola Verri de Santana (Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia - NEPECAB/UFAM);
- Susane Patrícia Melo de Lima - Grupo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa Urbana e Regional/Npur (UEA);
- Tais Furtado Pontes, Arquitetura e Urbanismo (DAU/UFAM).

https://doi.org/10.20873/out2023_1



MARANHÃO

- Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, Coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre as Cidades e seus Conflitos (CITADINOS/UFMA);
- Jesus Marmanillo Pereira - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI-UFMA);
- Wellington da Silva Conceição - Marróia - Estudos de sociabilidade urbana (UFMA);
- Clayton Marinho dos Santos, MARRÓIA: estudos de sociabilidade urbana (UFMA);
- Mércia Cristina Borges dos Anjos, Grupo: MARRÓIA: Estudos de Sociabilidade Urbana (UFMA).

MATO-GROSSO

- Doriane Azevedo - Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional (ÉPURA/UFMT);
- Frank Giordany Aquino Fraporti, Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos de Planejamento Urbano e Regional (ÉPURA/UFMT);
- Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima. Grupo de Pesquisas em Geografia e Conservação da Biodiversidade.

PARÁ

UFPA

- Ana Cláudia Cardoso – Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia – URBANA e Labcam - Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA);
- Ana Carolina Campos de Melo – Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia – URBANA (UFPA);
- Ana Manoela Primo dos Santos Soares. Ameríndia - Grupo de Pesquisa em Etnologia indígena e dos povos e comunidades tradicionais (UFPA) e Grupo de

https://doi.org/10.20873/out2023_1



Pesquisa em Interculturalidade na Amazônia (DINA) do Museu Paraense Emílio Goeldi;

- Andreia de Cássia Lopes Pinheiro, doutoranda do IPPUR-UFRJ, Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA);
- André Luís Assunção de Farias, Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA);
- Denise Machado Cardoso, Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Correa de Assis – GEPI, Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem – VISAGEM (PPGSA/UFPA);
- Felipe Bandeira Netto, Quilombola, doutorando no PPGSA/UFPA. Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem – VISAGEM;
- Herbert Michel, Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM/NAEA/UFPA);
- Isabella Santos Corrêa, doutoranda em serviço social na UFPA/PPGSS. Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano / GEP-CIHAB (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA);
- Joana Valente Santana, Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano / GEP-CIHAB (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- Universidade Federal do Pará);
- José Júlio Ferreira Lima – Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA) e Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia;
- Juliano Pamplona Ximenes Ponte – Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA) e Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia;
- Luana da Silva Cardoso (Luana Kumaruara), Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Correa de Assis (GEPI/PPGSA/UFPA), doutoranda;

https://doi.org/10.20873/out2023_1



- Kamila Diniz Oliveira, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/ UFPA), Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia – URBANA (UFPA);
- Karina Oliveira Leitão, USP, Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA);
- Luana Castro da Silva, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/ UFPA), Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia – URBANA (UFPA);
- Maria Amoras, Antropóloga, Docente da graduação e pós-graduação do Curso de Serviço Social da UFPA, líder do grupo de pesquisa INTERFACES: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em contextos amazônicos;
- Márcio Douglas Brito Amaral – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA);
- Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos Santos, Grupo de Pesquisa Rede Amazônia e Clínica Piloto de direito à cidade na Amazônia;
- Nayara Sales Barros, bolsista do Observatório das Metrôpoles Núcleo Belém, Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA);
- Raul da Silva Ventura Neto - Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA) e Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia;
- Roberta Menezes Rodrigues, Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA);
- Rodrigo Peixoto, PPGSA/UFPA, Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, Marituba e Ananindeua pesquisa sobre Territórios negros e quilombolas em Belém;
- Solange Maria Gayoso da Costa, Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia - GESTERRA, Universidade Federal do Pará – UFPA;
- Thales Barroso Miranda, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/ UFPA), Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia – URBANA (UFPA);

https://doi.org/10.20873/out2023_1



- Thiago Sabino, geógrafo, professor da rede municipal de Marabá, pesquisador do Núcleo Belém do Observatório das Metrôpoles, Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia (FAU/UFPA);
- Walkiria Maria Sousa da Silva, Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano / GEPCIHAB (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- Universidade Federal do Pará);
- Hebert Michel, Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM/NAEA).

UNIFESSPA

- Eudes Leopoldo, Grupo de Pesquisa Geografia Regional e Produção do Espaço (UNIFESSPA).

UFOPA

- Ana Beatriz Reis, Grupo de pesquisa "O direito à cidade em Santarém-PA". Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA);
- Elen Cristina da Silva Pessôa, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).
- Rogério Almeida, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

IFPA

- Tatiane de Cássia Costa Malheiro – Instituto Federal do Pará/IFPA/CRMB (Sudeste do Pará);
- Tiago Veloso – IFPA - Grupo de Estudos e Pesquisa em Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia – GeoUrbam (NAEA/UFPA);
- Michel de Melo Lima - Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidadena Amazônia (GEOURBAM);
- José Carlos Matos Pereira - Programa de Memória dos Movimentos Sociais (MEMOV/CBAE/MN/UFRJ);
- Norma Bentes, Doutora em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ.

https://doi.org/10.20873/out2023_1



- Suelem Maciel Cardoso, Geógrafa (UFPA), Mestra em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA-UFPA).

RONDÔNIA

- Emanuel Pontes Meirelles (UNIR) - Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia - Universidade Federal de Rondônia (UFRO);
- Luiz Fernando Novoa Garzon - Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia - Universidade Federal de Rondônia (UFRO);
- Amanda Michalski da Silva, Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia - Universidade Federal de Rondônia (UFRO);
- Diogo Henrique Costa Fonseca, Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia - Universidade Federal de Rondônia (UFRO);
- Afonso Maria das Chagas, Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia – Universidade Federal de Rondônia (UFRO);
- Carolina Moreira de Holanda- arquiteta e doutora em Urbanismo pela UFF, Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia, professora da UNIR.
- Neiva Araújo, advogada, doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UNIR, Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia, professora da UNIR;
- Igor Latuf, economista, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR, Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia (UNIR).

RORAIMA

- Amarildo Ferreira Júnior (UFRR) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR);
- Alexandre Soares de Melo, Instituto Federal de Roraima, Curso Superior de Gestão Pública (IFRR).

https://doi.org/10.20873/out2023_1

TOCANTINS

- Dernival Venâncio Ramos Júnior - Grupo de Pesquisa Economia e Cultura dos Comuns: práticas e alternativas de desenvolvimento para a Amazônia (UFNT).
- João Deus Leite - Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).
- Mariana Ribeiro de Matos, Núcleo de Estudos Urbanos e Culturais (UFNT).
- Martha Victor Vieira – NEUC - Núcleo de Estudos Urbanos e Culturais da UFNT.
- Maysa Mayara Costa de Oliveira. Universidade Federal do Norte do Tocantins, Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI/UFNT).
- Miguel Pacífico Filho - PPGDIRE/UFNT - Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).
- Olívia Macedo Miranda de Medeiros, Núcleo de Estudos Urbanos e Culturais da (NEUC/UFNT).
- Patrícia Orfila Barros dos Reis - Arquiteta e Urbanista, Grupo de Pesquisa Mulheres na Arquitetura e no Urbanismo (GPMAU) e Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES), Universidade Federal do Tocantins (UFT).
- Plábio Marcos Martins Desidério, Núcleo de Estudos Urbanos e Culturais (NEUC/UFNT).

Todos os(as) autores(as) declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.
